

França baixa decreto de "patriotismo econômico"

Por Assis Moreira

Valor Econômico, 16.5.2014

O governo socialista francês baixou ontem um decreto de "patriotismo econômico" que permitirá ao Estado bloquear o controle estrangeiro em numerosas indústrias consideradas estratégicas.

Em gestação havia vários meses, o decreto foi recebido como uma "arma nuclear" lançada pelo governo contra a tentativa do grupo americano General Electric (GE) de comprar, por US\$ 17 bilhões, as atividades de energia da Alstom.

A medida amplia um decreto adotado em 2005 pelo premiê direita Dominique de Villepin, que submetia investimento estrangeiro na França a autorização prévia estatal em cinco setores.

Até então limitada às áreas de defesa e segurança, a exigência agora será aplicada também a empresas de energia, gás, hidrocarboneto; à exploração de redes eletrônicas e de serviços de transportes; ao fornecimento de água; à comunicações eletrônicas; e à proteção da saúde pública.

"Fizemos uma escolha de patriotismo econômico", disse o ministro da Economia, Arnaud Montebourg, líder do movimento antiglobalização no Partido Socialista e admirador da política intervencionista de Jean-Baptiste Colbert, ministro das Finanças de Luís XIV.

"É o fim do 'laissez-faire'", proclamou Montebourg. "Essas medidas de proteção de interesses estratégicos da França são uma reconquista de nossa potência. Podemos agora bloquear cessões, exigir contrapartidas, é um rearmamento fundamental da potência pública. A França não pode se contentar com discursos quando os outros Estados agem."

O governo conservador do Reino Unido, que apoia a oferta do grupo farmacêutico americano Pfizer para comprar a AstraZeneca, enquanto parlamentares britânicos são contra, condenou o governo francês. "Essa não é uma proposta séria de Montebourg. O governo francês está sujeito às mesmas regras europeias que os outros", disse Vince Cable, ministro britânico de Negócios.

O comissário europeu de Mercado Interno e Serviços, o francês Michel Barnier, rival dos socialistas, lembrou que o objetivo de proteger interesses estratégicos é essencial desde que se trate de segurança ou ordem pública, mas que a medida precisa ser aplicada de maneira equilibrada para não resultar em protecionismo.

Montebourg, porém, lembrou que vizinhos europeus também estão protegendo suas indústrias contra investimento externo, como Alemanha, Itália e Espanha. E ironizou, dizendo que Paris na verdade adotou uma "CFIUS leve", em referência ao comitê do governo dos EUA que investiga os investimentos estrangeiros na maior economia do mundo.

Batizado de Decreto Alstom nos meios empresariais de Paris, a medida de ontem amplia a pressão para a GE melhorar sua oferta para controlar o grupo francês.

Montebourg chamou o plano da GE de "absorção" da Alstom, ao invés de aliança entre os dois grupos. O governo não esconde o pouco entusiasmo pela aliança e quer que a Alstom considere seriamente uma oferta da alemã Siemens.

"A Alstom entra na cobertura desse decreto", avisou o ministro. "O poder de autorização que o texto nos confere é para proteger contra formas indesejáveis de desmonte e risco de desaparecimento. A Alstom é peça essencial da independência energética francesa."

A americana GE limitou-se a dizer que continuará as discussões com o governo francês.

Além de reagir a percepções de impotência em matérias econômicas e sociais, o governo de François Hollande jogou politicamente sabendo que 59% dos franceses, segundo pesquisa recente, julgam que privilegiar produtos ou empresas francesas no contexto atual de globalização é eficaz para recuperar a economia do país.